

Maio Vermelho: CEPON alerta para prevenção do câncer na boca

Santa Catarina é o sétimo estado do país em casos de câncer bucal, conforme dados do Instituto Nacional do Câncer (INCA). Por conta disso, o Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) alerta para a doença responsável por causar transtornos para os pacientes, como dificuldades para mastigar e engolir alimentos. O Maio Vermelho chama a atenção para o diagnóstico da doença, além da importância de ser feito precocemente.

Em 2023, o CEPON, unidade do Governo do Estado, realizou 539 consultas relacionadas ao câncer bucal, também conhecido como câncer de cavidade oral. Trata-se de um aumento de 9% em relação ao ano anterior. O câncer bucal afeta lábios, estruturas da boca (como gengivas, bochechas e céu da boca), língua (principalmente suas laterais) e a região sob a língua.

Conforme a gerente

técnica do CEPON, Dra. Mary Anne Taves, o câncer de cavidade oral tem maiores chances de cura e menos sequelas quando identificado e tratado precocemente. Ela destaca a importância de buscar imediatamente um especialista, dentista ou médico especializado, ao suspeitar de câncer bucal, para uma avaliação e solicitação de exames que confirmem ou descartem a suspeita.

Segundo o INCA, em 2024 a doença deve afetar 650 pessoas em Santa Catarina, sendo 60 casos em Florianópolis. Por isso, medidas simples como manter uma boa higiene bucal, evitar o tabagismo e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, usar preservativos durante a prática de sexo oral, manter uma alimentação rica em frutas, legumes e verduras, e estar atento a mudanças na coloração ou no aspecto da boca são essenciais para a prevenção

Atenção aos

sintomas

Os principais sintomas de alerta para possível câncer bucal são: feridas na boca que não cicatrizam em até 21 dias; nódulos persistentes ou espessamentos na bochecha; áreas vermelhas ou esbranquiçadas nas gengivas, língua ou revestimento da boca; mau hálito intenso e persistente; dor ao redor dos dentes ou da mandíbula; dificuldade para mastigar; saliva com traços de sangue, além de dor de ouvido (otalgia reflexa) são sinais de alerta para casos de câncer bucal.

O tratamento

Realizar o autoexame da boca é necessário para buscar por tratamento o mais rápido possível, como explica o médico de Cabeça e Pescoço do CEPON, Dr Diego Naranjo. "Tratando de uma lesão suspeita, o primeiro passo é realizar uma biópsia. Confirmando, o paciente



Foto: ASCOM | SES

encaminhado para o CEPON, passa por uma avaliação da Equipe de Cabeça e Pescoço para averiguar a localização do tumor, a característica e estadiamento do tumor, que seria justamente ver o tamanho. Através disso, configuramos se o paciente está apto a ser submetido a alguma cirurgia, que é o principal tratamento. Ou se iniciará com quimioterapia ou radioterapia", explica.

A cirurgiã-dentista do CEPON, Dra Mariana Minamisako, afirma a importância da adequação bucal para remoção de foco de infecção oral antes de iniciar o tratamento. "O ideal é que todos pacientes com câncer, antes de iniciar o tratamento, façam uma adequação bucal para evitar mucosite oral, que são feridas na boca em decorrência da radioterapia, e infecções secundárias oriundas de

fungos, bactérias e vírus. O paciente com câncer de boca, principalmente, precisa estar sem cáries, por exemplo, para evitar infecção". Mariana acrescenta que no CEPON o tratamento é individualizado e pode ser utilizada uma moldeira durante o tratamento de radioterapia em pacientes com câncer bucal, a fim de minimizar os efeitos colaterais.

UEL divulga edital para isenção e descontos na inscrição do Vestibular 2025

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio da Coordenadoria de Processos Seletivos (Cops) e o Serviço de Bem-Estar à Comunidade (Sebec), abre nesta quinta-feira (16) o prazo para estudantes interessados na isenção do pagamento da taxa pública do Vestibular 2025 para candidatos que tenham benefício CadÚnico

– Número de Identificação Social (NIS).

Podem participar do processo estudantes que fizeram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio completo na rede pública, além de bolsistas da rede particular que tenham sido beneficiados com bolsa integral.

A UEL abre no dia 18 de julho as inscrições para o

Vestibular 2025. Os candidatos, independente de isenção ou benefício, deverão fazer a inscrição até 9 de setembro de 2024, no portal da Cops. O valor da inscrição deverá ser definido nos próximos dias pelo Conselho de Administração (CA) da UEL. O Vestibular UEL 2025 será realizado nos dias 17 e 18 de novembro, em fase única

Para estudantes que tenham benefício CadÚnico – Número de Identificação Social (NIS), o prazo começa nesta quinta e vai até 16 de maio. Neste caso, a isenção será de 100%, considerando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme Decreto Federal nº 6.135/2007. O candidato deverá ser membro de família

de baixa renda, nos termos do mesmo decreto. No site da Cops, o estudante também encontra a relação de documentos para requerer a isenção do preço público do Vestibular 2025.

O pedido de isenção do pagamento deverá ser feito mediante requerimento que pode ser acessado no endereço eletrônico da Cops. No

documento, o candidato deverá apresentar o número do cadastro e os dados pessoais, conforme descrito no edital. O resultado final da seleção pelo NIS será divulgado em 14 de junho.

Com iniciativas pioneiras e apoio das indústrias, Paraná reforça controle do greening

A importância do trabalho conjunto entre os poderes públicos estadual e municipal, as agroindústrias de citros e os produtores no combate ao HLB (Huanglongbing) ou greening, principal doença da citricultura, foi destacada nesta quarta-feira (15) no Seminário Regional sobre Sanidade Agropecuária, realizado na 50ª edição da Expoingá, em Maringá. As ações de combate têm sido acentuadas nos últimos anos, principalmente nas regiões Noroeste e Norte do Estado, que concentram a maior parte das produções comerciais.

“A laranja fez uma revolução no Noroeste do Estado e estamos vendo esse cenário de doença, o que dói no coração”, disse o novo secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Natalino Avance de Souza. Ele atuou como extensionista em Paranavaí no início da década de 80, quando a cultura ainda não era forte na região. “Ou a gente faz alguma coisa juntos agora ou daqui a dez anos estaremos aqui discutindo o que vamos colocar nesses municípios em substituição à laranja”.

Natalino salientou já ter ouvido elogios fora do Estado de que o caminho trilhado pelo Paraná, de fortificar os trabalhos em parceria, é o mais adequado. “Estamos trabalhando para que o Estado mais sustentável do Brasil seja o Paraná, a sustentabilidade começa com a competitividade, e competitividade é a gente salvar a lavoura, porque falamos de uma atividade importante, que gera emprego e renda, e segura o produtor no campo”, afirmou. “O compromisso do governo é estar com

as prefeituras, com os industriais, com os produtores nesse programa”.

O mesmo compromisso foi apresentado pelo presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Otamir Cesar Martins. “A primeira pessoa interessada em manter o status sanitário da propriedade é o produtor. Depois vem a agroindústria e nós, o governo, porque quando chegarmos temos de entrar com medidas mais drásticas”, disse. “Precisamos trazer o produtor, a agroindústria, os sindicatos para discutir, pois o parque citrícola industrial do Paraná depende disso”.

“Eu louvo os prefeitos, industriais, produtores e o setor público que participaram desse encontro, porque daqui sairá a solução, que precisa ser implementada”, destacou o presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), Richard Golba. “Por mais que vivamos em um mundo competitivo, a ferramenta essencial continua sendo a ação coletiva; se não houver mobilização da comunidade do entorno nós colocamos em risco um patrimônio que gera emprego e milhões de reais de receitas e impostos”.

elogios

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suco Integral (Sucos BR) e diretor da Sucos Prats, Paulo Pratinha reforçou a importância de investir esforços para salvar a citricultura na região Noroeste do Paraná. “O greening é uma doença que vem acabando com os citros no mundo”, acentuou. Segundo ele, a Flórida (EUA), que era uma das principais regiões produtoras, com 240 milhões de caixas

há 20 anos, produziu este ano apenas 19 milhões. O México está indo pelo mesmo caminho. “Sobra mais mercado de suco de laranja para o Brasil”, disse.

De acordo com Pratinha, este é o momento de pensar em um projeto eficiente de combate no Estado. “O Paraná está em um ponto em que ainda consegue controlar o greening, tem citricultura há mais de 30 anos e com uma capacidade industrial já instalada”, afirmou. “Greening só se controla com prevenção, não deixar chegar; se chegou, é preciso controle e erradicação de vetor, e o Paraná ainda tem chance de pegar e erradicar o vetor”.

Segundo o presidente da Sucos BR, o Estado do Paraná, por meio do Sistema Estadual de Agricultura, já se envolveu no trabalho de combate. “Aliás, o modelo que a Adapar e a Secretaria da Agricultura, junto com a iniciativa privada, vem mostrando e fazendo no Paraná é alvo de elogios pelo Brasil porque é um trabalho exemplar, e não é de agora”, referendou. Ele salientou a necessidade de reforçar o envolvimento das lideranças locais. “É o instante que a gente tem de transformar essa dificuldade em uma tremenda oportunidade econômica para o Noroeste do Paraná”.

erradicação

O seminário foi também oportunidade para apresentação dos trabalhos técnicos realizados pelos órgãos estaduais. O gerente de Sanidade Vegetal da Adapar, Renato Blood, mostrou que a citricultura ocupa pouco mais de 29 mil hectares do território paranaense, com produção de 842,4 mil toneladas pelos mais de 600 produtores. O



Foto: NUCOM | DIVE

Valor Bruto de Produção em 2022 alcançou R\$ 826,8 milhões. Em laranja, o Estado é o terceiro maior produtor no Brasil, com 21 mil hectares e 658 mil toneladas.

Aproximadamente 160 municípios já apresentaram a doença. Nesses há desenvolvimento de trabalho concentrado no combate ao psilídeo Diaphorina citri Kuwayama, vetor da doença, quanto na erradicação total das plantas contaminadas. “Há regiões em que a doença é endêmica, sem método curativo que não seja o da erradicação das plantas”, afirmou. Na região do Vale do Ribeira, próximo a Curitiba, que é grande produtora de tangerina, o esforço é de vigilância e prevenção para evitar que a doença chegue.

Segundo Blood, um dos grandes problemas que se tem observado é o comércio de mudas clandestinas. “Essa é uma briga que a Adapar tem enfrentado há anos, pois a qualidade dessas mudas é horrível”, disse. Além disso, há conversas constantes com as autoridades locais para parcerias no corte de citros nas regiões urbanas ou em imóveis com produção sem finalidade comercial, além de murta, planta ornamental hospedeira

do psilídeo.

O trabalho também é feito diretamente pela iniciativa privada e produtores. “Quanto mais próximos Estado, iniciativa privada e municípios estiverem para combater um problema fitossanitário, maior a chance de sucesso”, afirmou Blood. “O Estado do Paraná puxou a frente desse trabalho no greening, e a expectativa é que em um ou dois anos coloquemos a doença em nível aceitável, dando segurança para que a citricultura possa avançar cada vez mais, como já tem acontecido com a expansão das áreas”.

BIOLÓGICO

O pesquisador do IDR-Paraná Humberto Godoy Androcio apresentou o trabalho do instituto no desenvolvimento da Tamarixia radiata, uma vespa parasitóide criada em laboratório para ser inimigo biológico do inseto. Desde 2016 foram lançadas mais de 10 milhões de vespas no Paraná em áreas marginais às propriedades comerciais de 53 municípios. “Hoje dominamos a criação e conseguimos melhora das entregas”, acentuou.

No campo, as Tamarixia buscam os ninhos da Diaphorina citri para se reproduzir. Depositam seus ovos embaixo das ninfas

(forma jovem), que servirão de alimento para as larvas. Cada vespinha pode eliminar até 500 psilídeos. Com isso promovem a redução no número dos vetores e da incidência da doença. O uso desse componente biológico, que é uma alternativa complementar de combate ao greening, também implica em menor aplicação de inseticida.

Recentemente o IDR-Paraná apresentou o aplicativo IDR-Tamarixia, pelo qual os produtores de citros podem acompanhar, por um sistema de localização georreferenciada, o histórico de liberação das vespas. “O sucesso no controle com a vespinha dependerá de sua liberação em locais estratégicos, a frequência da liberação também é de suma importância”, ponderou o pesquisador.

DOENÇA

O HLB ou greening dos citros é uma praga importante devido à severidade, rápida disseminação e dificuldades de controle. O greening afeta seriamente as plantas cítricas provocando queda prematura dos frutos, que resulta em redução da produção e pode levar à morte precoce.

Governador apresenta modelo de crescimento econômico sustentável do Paraná nos EUA

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou nesta quarta-feira (15), em Nova York, do evento Brazil and the World Economy, onde apresentou o modelo implementado pelo Governo do Estado que alia desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente. Organizado pelo Banco BTG Pactual, o encontro reúne governadores brasileiros e executivos de empresas como a Arezzo, Parceiros da Educação, Motriz, Amigos da Poli e Fortress com o intuito de apresentar oportunidades de negócio no Brasil com foco no agronegócio.

Como tem feito em outras agendas internacionais, Ratinho Junior voltou a defender a estratégia de transformação do Paraná em uma espécie de grande supermercado do mundo por meio do incentivo à agroindústria. “O Paraná sempre foi um grande produtor e exportador de alimentos, mas o que fizemos foi estimular investimentos no beneficiamento e industrialização desses produtos para que

tivessem mais valor agregado. Isso beneficia toda a cadeia produtiva, gerando mais empregos e renda à população”, afirmou o governador.

Um efeito prático disso foi o crescimento de 5,8% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual em 2023, o dobro do resultado nacional, que cresceu 2,9% no último ano. O desempenho foi puxado principalmente pelos resultados da agropecuária, que cresceu 26,91% enquanto a média nacional foi de 15,1%. Ele também destacou o chamado PIB Verde do Paraná, que já tem 32% da economia totalmente voltada para a Agenda 2030.

A melhoria nos métodos de produção agrícola e a implementação de políticas públicas voltadas para o campo também pesaram, conforme Ratinho Junior, para que o Paraná se tornasse uma referência nacional e internacional em desenvolvimento sustentável. Ele lembrou que o Estado foi eleito por três anos consecutivos pelo Ranking de

Competitividade dos Estados e por duas vezes pela consultoria Bright Cities o estado mais sustentável do Brasil, além de ser citado como exemplo no assunto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Como exemplo, o governador citou um levantamento do Núcleo de Inteligência Geográfica e da Informação (NGI) do Instituto Água e Terra (IAT) que demonstrou que o Paraná teve um aumento significativo de cobertura florestal natural nos últimos anos. Ela passou de 54.856 km² em 2017 para 55.061 km² em 2022, um aumento de 205 km², o que equivale a uma área de 20,5 mil campos de futebol. No período, o Paraná também foi o único estado do Sul do País com aumento de cobertura vegetal no período.

Ele ainda destacou a transição energética em andamento. “Por meio do RenovaPR, também estamos oferecendo incentivos econômicos e condições facilitadas de financiamento para a instalação de sistemas



Foto: Jonathan Campos/AEN

de geração de energia solar e biogás nas propriedades rurais, o que aumenta o potencial de crescimento dos agricultores ao mesmo tempo que aumenta a proporção de energia produzida a partir de fontes limpas e renováveis”, expôs Ratinho Junior.

Parte desse reforço na produção de alimentos também é revertida em outras áreas do poder público. Uma das iniciativas destacada pelo governador é o programa Mais Merenda, que ampliou a oferta de alimentos adquiridos diretamente dos produtores nas escolas que compõem

a rede estadual de ensino, com refeições em três turnos. “Agora, os alunos se alimentam bem quando chegam na escola, no almoço e antes de irem embora, o que facilita o processo de aprendizagem e reduz a evasão escolar”, argumentou.

MISSÃO INTERNACIONAL

A participação do governador no evento do BTG integra a última etapa da mais recente missão internacional do Governo do Paraná, que também contou com agendas na França, Polônia e Canadá.

Nos Estados Unidos, onde permanece até sexta-feira (17) com o

restante da delegação paranaense, Ratinho Junior também destacou as vocações econômicas do Estado durante participação no LIDE Brazil Investment Forum New York, que reuniu lideranças políticas e empresários brasileiros e norte-americanos. Ele também se encontrou com investidores no escritório do Alvarez & Marsal, empresa global de consultoria com atuação em diversos ramos. O governador ainda participa do Valor Econômico Summit, que tem como proposta discutir a economia brasileira e mundial.

Skatistas catarinenses buscam vaga às Olimpíadas de Paris 2024

Quatro skatistas catarinenses buscam a partir da madrugada de quinta-feira, 16, vagas para representar o Brasil nas Olimpíadas de Paris 2024.

Pedro Barros, Isadora Pacheco, Yndiara Asp e Pedro Carvalho, são Santa Catarina em Xangai e representam a equipe brasileira na busca das vagas para Paris.

Os principais skatistas do mundo estarão

reunidos em Xangai, na China para a disputa do Olympic Qualifier Series (OQS), o penúltimo evento classificatório para os Jogos Olímpicos.

Medalhista de prata nas Olimpíadas de Tóquio (2021) e especialista no skate park, Pedro Barros é o terceiro melhor brasileiro no ranking mundial, e tem grande chances de conquistar uma das vagas.

O OQS em Xangai,

nesta semana; e o OQS em Budapeste, no próximo mês de junho, são os dois últimos eventos classificatórios para Paris 2024.

Apenas os três melhores skatistas brasileiros de cada modalidade irão representar o país.

Esta etapa vai contar com transmissão ao vivo e gratuita através do Olympic Channel via Olympics.com.



Foto: Reprodução

Finanças vai debater portaria do Detran que trata das empresas de vistoria veicular

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, na manhã desta quarta-feira (15), a realização de uma audiência pública para debater os efeitos financeiros da Portaria 465/2023, emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran-SC).

Conforme o deputado Marcos Vieira (PSDB), que apresentou o requerimento para a realização do evento, representantes das cerca de 600 empresas de vistoria veicular alegam que a normativa impõe obrigações que levarão ao fechamento de diversos negócios ligados à prestação do serviço no estado, gerando desemprego e perda de arrecadação pública.

“Considerando que dispositivos previstos na portaria do Detran 465 podem afetar diretamente o direito das empresas de vistoria veicular já credenciadas,

bem como impactar negativamente na arrecadação do Estado, faz-se necessário a realização desta audiência pública para tratar o tema em voga, na tentativa de encontrar uma solução pacífica, com o menor impacto social e financeiro para Santa Catarina.”

A audiência foi marcada para o dia 6 de junho, às 10h, na Assembleia Legislativa.

Parecer preliminar da LDO 2025

Na condição de relator, Marcos Vieira também apresentou à comissão o parecer preliminar ao Projeto de Lei (PL) 155/2024, do governo do Estado, que trata da Lei Orçamentária Anual para o ano de 2025. A medida segue o cronograma de tramitação estabelecido para a matéria.

Enviado todos os anos para a Assembleia

Legislativa, a LDO é um plano que delinea o orçamento anual para o próximo exercício financeiro do governo. Nele constam as metas e prioridades, físicas e orçamentárias, a serem alcançadas por áreas de atuação, e ainda uma orientação para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Na proposta para o próximo ano o governo prevê R\$ 53,1 bilhões em receitas e despesas, o que corresponde a R\$ 5,1 bilhões a mais em relação a 2024.

Ao apresentar o parecer preliminar, pela aprovação, Vieira também abriu prazo, entre 16/05 e 07/06, para que deputados e gestores de poderes e órgãos públicos do Estado possam analisar o texto.

A previsão é que o projeto esteja apto para votação em plenário no dia 10 de julho.



Foto: Bruno Collaço / AGÊNCIA AL

Emendas para a infraestrutura

A comissão também apresentou parecer favorável ao PL 69/2024, do deputado Marcius Machado (PL), que visa promover alterações na Lei Complementar 422/2008, que instituiu o Programa de Habitação Popular (Nova Casa) e criou o

Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina.

O objetivo da proposição é permitir que o governo possa realizar ações na área da infraestrutura utilizando recursos provenientes de emendas parlamentares.

O encaminhamento teve por base o voto do relator, deputado

Ivan Naatz (PL), pela inexistência de óbices financeiros e orçamentários à matéria.

Na sequência, o projeto segue para as comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura.

Proposta que fortalece a Economia Solidária é aprovada na Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, na segunda-feira (14) em segunda discussão, o projeto de Lei (PL) 475/2022, de autoria do deputado Professor Lemos (PT), que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia Estadual da Economia Solidária, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de dezembro. O objetivo da comemoração é celebrar o Dia Estadual da Economia Solidária e incentivar a cooperação, solidariedade e autogestão.

“É muito importante que a nossa sociedade conheça, de fato, esse sistema de produção, de oferta de serviços, de comercialização e de forma de consumo baseado na democracia

e na cooperação”, disse o deputado.

“Essa proposta é necessária também para apoiar a compra e venda em empreendimentos solidários. Muitas famílias dependem da Economia Solidária como forma de subsistência. Por isso, celebrar o dia 15 de dezembro, é reconhecer a importância dessa política pública”, argumentou.

Política Estadual de Economia Solidária

Lemos destacou ainda a importância da Lei 19.784/2018, de sua autoria, que instituiu a Política Estadual de Economia Solidária no Estado. O objetivo da proposta, sancionada pelo Poder Executivo, é fomentar o desenvolvimento

de empreendimentos e redes de economia solidária através de programas, projetos e convênios firmados entre entidades da sociedade civil e órgãos do Poder Público.

“A economia solidária é um dos eixos de atuação do nosso mandato. Nós entendemos que a economia solidária muda a forma de ver a economia por conta do seu sistema de produção, ofertas de serviços, comercialização e forma de consumo baseado na democracia e na cooperação. Por isso, em 2017 nós apresentamos o projeto de Lei com o objetivo de qualificar os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito,



Fotos: Divulgação/Assessoria Parlamentar

além de fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativo”, completou.

Tramitação

Na próxima semana o projeto de Lei (PL)

475/2022 deve ser aprovado em terceira discussão e em seguida segue para sanção do governo estadual.